

UM CURRÍCULO QUE DANÇA: EDUCAR, DANÇAR E INCLUIR

A SYLLABUS THAT PROMOTES DANCING: TEACHING, DANCING AND INCLUDING

Mateus dos Santos Galúcio (UFPA)¹
José Valdinei Albuquerque Miranda-UFPA²

Resumo

A importância da dança como componente curricular na educação básica está na possibilidade de auxiliar os processos criativos para autonomia e liberdade individual e/ou coletiva dos educandos e seus educadores. Dessa maneira um currículo que dança oportuniza ao educando uma consciência cultural crítica, exigente e ativa em relação ao ambiente que o cerca, além de estabelecer parâmetros de qualidade de vida em seu cotidiano. O currículo que dança representa um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, contribuindo intensamente para a construção de identidades sociais, culturais e históricas. Dessa maneira o educando, ao vivenciar através das expressões corporais o tamanho, o ritmo, os movimentos dos objetos pelos fatores físicos como o espaço-temporal, peso e fluência, desenvolverá seus potenciais físico, mental e emocional, ficando mais sensível às indagações curriculares que se opõem à sociedade capitalista. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais insere-se no conjunto do processo político, econômico, social e educacional, exigindo a descoberta de novos caminhos e novos programas nos diferentes níveis da vida coletiva. É preciso proporcionar a esse educando a capacidade de desenvolver seu pensar, sentir e agir, bem como suas capacidades criativas e espontâneas, porém os diferentes contextos históricos, sociais e culturais, permeados por relações de poder e dominação, são acompanhados de uma maneira tensa e, por vezes, ambígua de lidar com o diverso, mas resistir é necessário. Esse currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito inclusivo no processo de construção da identidade do educando na educação básica.

Palavras-chave: Currículo. Dança. Inclusão. Educação Básica.

Abstract

The importance of dancing lessons as a curricular component in basic education lies in the possibility of assisting creative processes for learners' individual and / or collective autonomy and freedom and their educators. In this way, a curriculum which promotes the education of a cultural critical awareness, demanding and active in relation to the environment that surrounds it, in addition to establishing parameters of quality of life in

¹ Pedagogo, pós-graduando em Educação para as Relações Etnicorraciais pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará Campus Belém e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Currículos e Gestão da Educação Básica - PPEB da Universidade Federal do Pará – UFPA. <http://lattes.cnpq.br/3551482613435637>. solis.invicto@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, Campus Universitário do Tocantins/Cametá (UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do CUNTINS (PPGEDUC/UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Currículo na Educação Básica (PPEB/UFPA). Membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Membro da Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação (SOFIE). Pesquisador do Grupo Arte, Filosofia, Linguagem e Alteridade na Educação ANARKHOSPILIA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação e Pesquisa Educacional. Desenvolve estudos sobre Hermenêutica, Pensamento da Alteridade e Educação. Atualmente coordena o Projeto de Pesquisa " Educação e [Po]lítica da Alteridade na obra Literária de Dalcídio Jurandir" (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/6745148327397484>. jneimiranda@gmail.com

their daily life. The dance curriculum represents a set of practices that promote the production, circulation and consumption of meanings in the social space, contributing intensively to the construction of social, cultural and historical identities. In this way, the student by experiencing physical size, rhythm, objects movement by physical factors such as space-time, weight and fluency, will develop his / her physical, mental and emotional potentials, becoming more sensitive to the curricular inquiries that are opposed to capitalist society. The inclusion of people with special educational needs is part of the whole political, economic, social and educational process, requiring the discovery of new paths and new programs at different levels of collective life. It is necessary to provide the learners with the capacity to develop their thinking, feeling and action, as well as their creative and spontaneous capacities, but the different historical, social and cultural contexts, permeated by relations of power and domination, which are accompanied by a tense. Sometimes it is ambiguous to deal with the diversity, but the resistance is necessary. This curriculum is, consequently, a device with a great inclusive effect in the process of building the identity of the learner in basic education.

Key words: syllabus. Dancing. Inclusion. Basic education.

INTRODUÇÃO

A importância da dança como componente curricular na educação básica está na possibilidade de auxiliar os processos criativos para autonomia e liberdade individual e/ou coletiva dos educandos e seus educadores, ao fazer uso da observação, sensibilização e experiências de vida quando estabelecidos, nesse contexto, laços harmoniosos, à luz do Art. 11º da Resolução nº3/2004, que trata da duração do curso de graduação em Dança.

Nesse caso, o Curso de Licenciatura em Dança, encontra-se de acordo com o estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, que determina no Capítulo V¹ de seu artigo nº 13:

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4(quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras

¹ O referido Capítulo V trata “Da Formação inicial do Magistério da Educação Básica em nível Superior: Estrutura e Currículo”.

áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (BRASIL, 2015).

Dessa maneira um currículo que dança oportuniza ao educando uma consciência cultural crítica, exigente e ativa em relação ao ambiente que o cerca além de estabelecer parâmetros de qualidade de vida em seu cotidiano. Por meio do domínio do seu corpo e de seus movimentos, a criança poderá entender melhor o sistema de objetos naturais e artificiais, o conjunto de estímulos sensoriais, perceber as formas e cores, os cheiros, os sabores, as formas de ruídos e expressões.

Esse currículo, na contemporaneidade, é compreendido como uma das estratégias da inteligência humana em elaboração e reinvenção do mundo, valores, comportamentos, éticas e estéticas curriculares. Cabe reconhecer, hoje, a preponderância da esfera cultural na organização da vida social, bem como na teoria social contemporânea. Stuart Hall (1997), um dos fundadores do centro de pesquisas que foi o berço dos Estudos Culturais, na Universidade de Birmingham (Inglaterra), é incisivo nessa perspectiva.

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural (HALL, 1997, p.97).

Dáí a necessidade de um ensino ativo, efetivo e cativante, com professores comprometidos, que conheçam bem, escolham, organizem e trabalhem os conhecimentos a serem aprendidos pelos educandos. Tais aspectos são importantes para a inclusão no currículo dos conhecimentos relevantes e significativos à educação básica.

Ao longo da história a dança foi associada também ao universo pedagógico, pois além de uma forma de diversão e espetáculo é, de acordo com Ferrari (2003), "educação". Na educação, ela está voltada para o desenvolvimento global da criança e do adolescente, favorecendo todo tipo de aprendizado que eles necessitam.

Diante disso, pode-se compreender que a dança tem grande valor pedagógico. Ela possui uma importante ligação com a educação, visto que no universo pedagógico ela auxilia o desenvolvimento do aluno, facilitando sua aprendizagem e resultando na construção do conhecimento. De fato, a dança também é um meio de educação, como afirma o autor abaixo.

Nesta perspectiva, Pereira (2001) coloca que:

(...) a dança é um conteúdo fundamental a ser trabalhado na escola: com ela, pode-se levar os alunos a conhecerem a si próprios e/com os outros; a explorarem o mundo da emoção e da imaginação; a criarem; a explorarem novos sentidos,

movimentos livres (...). Verifica-se assim, as infinitas possibilidades de trabalho do/ para o aluno com sua corporeidade por meio dessa atividade (ibid., ibid.).

Nesse contexto, caberá à escola abrir espaço para as experiências artísticas, em especial, para os vários elementos que a dança oferece. Ela nos permite conhecer o mundo brincando e inventando novas maneiras de conceber a realidade. Na arte não existe “a solução”; a arte leva o homem a conhecer a realidade a partir da mediação subjetiva e da experiência do sensível. Inserida na escola, poderá ser desenvolvida de maneira que cada gesto e movimento possuam significados e significantes, e que haja relações entre o sentir, o pensar e o agir, no tempo e espaço conquistados. Com isso, a dança deve privilegiar a expressividade dos alunos, estimulando-os a construir conhecimentos através da criatividade.

Com o papel historicamente definido de socializador do conhecimento formal, o professor deve ser incluído, juntamente com o aluno, no centro da discussão sobre o currículo. Cabe ao professor tarefas específicas, no sentido de constituir no educando uma relação de curiosidade e indagação com o saber, bem como consolidar as formas de atividade que levam à aprendizagem. Desenvolver no aluno a atividade de estudo é parte integrante e fundamental do processo de ensino.

O currículo que dança representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do estudante.

2. A DANÇA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem por objetivo atender aos alunos, em principal, aqueles que se encontram à margem do conhecimento. Esses devem receber um atendimento educacional especializado, conforme suas especificidades, porque estão mais vulneráveis à exclusão do contexto educacional e, por conseguinte, do social. Esta realidade exige que se rompam os paradigmas e conceitos que a história excludente traz consigo, provocando um debate geral sobre como efetivar o discurso da defesa de uma coletividade mais justa e que respeite a diversidade humana. Para tanto, é necessário que a operacionalização da inclusão seja discutida no âmbito educacional, político e social.

A complexidade da educação reflete como prática social. Nesse sentido, não pode-se discutir a educação divorciada das questões que formam a sociedade. Gasparin (2007, p. 1-2) enfatiza que a escola, em cada momento histórico, “constitui uma expressão e uma

resposta à sociedade na qual está inserida. Ela nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida. Por isso, cumpre uma função específica”, e tem sua função política. A análise do contexto atual, evidencia a escola e a educação como instrumentos encontrados para dar corpo ao discurso da inclusão social, sendo entendidas como um dos núcleos sociais mais favorável a proporcionar a superação das desigualdades existentes na realidade.

Saviani (2003, p. 88), ao analisar a dimensão política da educação e a dimensão educacional da política, assevera que “a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É realizando-se na especificidade que lhe é própria, que a educação cumpre sua função política”. Se a função política, da escola, de humanização dos alunos se fundamenta na promoção do ensino para a apropriação dos conhecimentos elaborados e acumulados pela humanidade, é mister assegurar o direito à pluralidade.

A inclusão teve seu marco inicial com a Declaração de Salamanca em 1994, e no Brasil foram apresentadas importantes questões na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, e introduzida oficialmente na Educação Básica em 2001, pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, redefinida posteriormente pelo documento Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 e, por fim, consolidada pelo Decreto 6.571/2008 e sua resolução nº 4/2009.

Ao longo desses anos, aproximadamente duas décadas na esfera mundial e menos de uma década no contexto nacional, a discussão em pauta provoca divergentes opiniões e um contexto polêmico e indefinido. Pesquisadores debatem sobre os interesses da sociedade, mantidos pela égide do capitalismo, vinculados à valorização da produtividade e ao acúmulo do capital, somado ao preconceito sobre o que é diferente, isto é, àquele que se desvia do padrão normal, às vezes, dificultam o olhar para a essência do ser humano e para sua capacidade de desenvolvimento (CEREZUELA,2016, p.21-22).

A educação inclusiva tem por objetivo atender aos alunos, em principal, aqueles que se encontram à margem do conhecimento. Esses devem receber um atendimento educacional especializado, conforme suas especificidades, porque estão mais vulneráveis à exclusão do contexto educacional e, por conseguinte, do social. Esta realidade exige que se rompam os paradigmas e conceitos que a história excludente traz consigo, provocando um debate geral sobre como efetivar o discurso da defesa de uma coletividade mais justa e que respeite a diversidade humana.

A dança pode propiciar a inclusão de forma que todos aprendam e reaprendam e que haja um ato de mudança, porém alguns princípios são necessários, entre eles, a busca pela capacidade de expressar, de verbalizar ou atuar de forma crítica e criativa, sem que nenhuma das potencialidades do educando seja negligenciada ou induzida à submissão. A expressão

artística na escola tem de contribuir para a liberdade, para a construção da autonomia, do conhecimento e da inserção social.

Historicamente, a dança assumiu várias formas e tem se transformado, assim como a sociedade. Ela vem favorecendo educadores e curriculistas, com um universo de possibilidades a serem trabalhadas, em especial no contexto escolar. Não é mais considerada como um ato mecânico, ou apenas reproduzido pela mídia, mas como uma proposta educativa a ser desenvolvida com criatividade, expressão e comunicação, em virtude de uma intensa possibilidade de linguagem corporal. Como já afirmava há mais de vinte anos Maurice Béjart, um coreógrafo sensível ao significado da dança na educação das crianças,

dançar é tão importante para uma criança quanto falar, contar ou aprender geografia. É essencial para a criança, que nasce dançando, não desaprender essa linguagem pela influência de uma educação repressiva e frustrante. É preciso que cada um de nós, ao sair de um espetáculo de dança que o tenha entusiasmado, se debruce sobre esse problema e o encare em nível da existência e não apenas no do espetáculo, transpondo desse modo a satisfação interior para o plano da participação duradoura. O lugar da dança é nas casas, nas ruas, na vida. (BÉJART *apud* GARAUDY, 1980, p. 10).

Segundo Laban (1990), a dança na educação tem por objetivo ajudar o ser humano a achar uma relação corporal com a totalidade da existência. Por isso, na escola, não se deve procurar a perfeição ou a execução de danças sensacionais, mas a possibilidade de conhecimento que a atividade criativa da dança traz ao aluno.

A arte do movimento, além de desenvolver as formas individuais e coletivas de expressão, de criatividade, de espontaneidade, concentração, autodisciplina, promove uma completa interação do indivíduo e um melhor relacionamento entre os homens. (ARRUDA, 1988, p.15).

Desta maneira, verifica-se que o ensino da dança possui uma diversidade de elementos a serem desenvolvidos dentro e fora da escola. Como sugere Arruda (1988), “é importante introduzir a arte do movimento no currículo escolar, nas creches, fábricas, ruas e bibliotecas”, ou seja, nos diversos espaços educativos, formais e informais, para os diferentes grupos, de forma que todos possam vivenciar e experienciar a dança, sentir e conhecer a sua própria história e expressar sua emoção. Laban, citado por Marques (1999), diz que a dança na educação permite uma integração entre o conhecimento intelectual do aluno e suas habilidades criativas, favorecendo a percepção com maior clareza das sensações contidas na expressão dramática do indivíduo. Ou seja, ao mesmo tempo em que enfatiza a expressão, a espontaneidade e a criatividade, afirma que,

poderíamos dizer que o valor educativo da dança desdobra-se em dois: primeiro, um domínio do movimento saudável e, segundo, através do realce da harmonia pessoal e social promovido pela observação exata de esforço [...]. (LABAN *apud* MARQUES, 1999, p. 73)

É para esse cenário que a dança na educação inclusiva vem, com o intuito de possibilitar um processo criativo tende a favorecer a autonomia, a liberdade e a inclusão do educando através da observação, sensibilização e experiências. Dessa maneira o educando, ao vivenciar através das expressões corporais o tamanho, o ritmo, os movimentos dos objetos pelos fatores físicos como o espaço-temporal, peso e fluência, desenvolverá seus potenciais físico, mental e emocional, ficando mais sensível às indagações curriculares que se opõem à sociedade capitalista.

As indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade (LIMA, 2007, p.9).

Essas indagações possibilitam criar no educando uma consciência crítica exigente e ativa em relação ao ambiente que a cerca e estabelecer parâmetros de qualidade de vida em seu cotidiano. Por meio do domínio do seu corpo e de seus movimentos, o educando poderá entender melhor o sistema de objetos naturais e artificiais, o conjunto de estímulos sensoriais, os fatores e forças de exclusão, as formas e cores, os cheiros, os sabores, as formas de ruídos e movimentos.

Em um dado momento da evolução cultural da humanidade, marcado pela invenção de sistemas simbólicos registrados, foi necessário introduzir novas formas de atividade humana para garantir a transmissão das novas formas de saberes que estavam sendo criadas. Percebeu-se a necessidade de criar um espaço e um tempo separado da vida cotidiana para que as gerações se encontrassem com este objetivo (LIMA, 2007, p.17).

Essa evolução trouxe a possibilidade de inserir a dança no âmbito escolar, através dela o educando experimenta outro meio de expressão diferente da palavra. Ao falar com o corpo, ele abre a possibilidade de conhecer a si mesmo de outra maneira e melhorar sua autoestima ao inserir-se em outros grupos sociais ao desenvolver, nesse contexto, suas competências e habilidades. O simples prazer de movimentar o corpo alivia o stress diário e as tensões escolares provocadas pelos fatores de exclusão social.

Promover o acesso aos direitos implica em notar as diferenças na apropriação dos benefícios. Para Silva (2001, p. 36), alcançar a igualdade é uma tarefa muito difícil em qualquer sistema político, posto que as pessoas são diferentes naturalmente por diversos fatores, como: cor, raça, sexo, aspectos físicos e aspectos intelectuais. No entanto, todos são seres humanos e possuem a mesma dignidade (SILVA, 2001 *apud* CEREZUELA, 2016, p. 29).

Por ser a dança uma das mais antigas formas de arte, onde se expressam emoções por meio de gestos e movimentos significativos, as expressões corporais possibilitam aos

educandos uma comunicação dinâmica que favorece a aprendizagem e a percepção de mundo transcendendo, assim, o dogma da exclusão histórica associando, ao caráter inclusivo, as concepções legais previstas nas legislações. Teoricamente, as discussões estão avançadas e será necessária a ruptura de muitos paradigmas para a operacionalização da inclusão, da forma como foi idealizada pelos movimentos sociais.

É importante ressaltar as contradições sociais que envolvem o fenômeno da inclusão. Por um lado, ela pode ser considerada fruto dos movimentos sociais em reivindicações dos direitos historicamente negados, por outro lado, ela faz parte de uma resposta às políticas neoliberais para tentar resolver a crise do capital, com a redução dos investimentos com a educação e a não consolidação do que compete ao Estado, no cumprimento do bem-estar social, com a transferência de responsabilidade Estatal para o âmbito individual (CEREZUELA, 2016, p.46).

A dança como elemento de inclusão proporciona aos educandos e demais agentes sociais igualdade de condições para desenvolverem seu potencial e criarem formas para que todos sintam-se integrados. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais insere-se no conjunto do processo político, econômico, social e educacional, exigindo a descoberta de novos caminhos e novos programas nos diferentes níveis da vida coletiva. É preciso proporcionar a esse educando a capacidade de desenvolver seu pensar, sentir e agir, bem como suas capacidades criativas e espontâneas.

Marques (1999) sugere que, ao pensar na dança educativa, os professores estejam preparados para partir da realidade e do contexto nos quais o aluno está inserido para então transformarem de forma consciente e problematizadora o conteúdo a ser ensinado. Assim levará o aluno a pensar na dança sempre como um processo individual, coletivo e social em que todos são produtores de saberes e conhecimentos.

No que se refere às pessoas portadoras de necessidades especiais, Marques argumenta que a dança possibilita a integração entre os indivíduos nos processos criativos e interpretativos de dança em sala de aula, trabalhando com a pluralidade cultural. Além disso, ela pode propiciar a aceitação, a valorização e a experiência de que diferentes corpos criam diferentes danças e de que não é necessário ter um corpo perfeito, segundo os padrões sociais, para expressar e comunicar. Na dança, conhece-se o corpo a partir da estética. O significado do que é belo passa a ser relativo e, pensando nessa perspectiva, percebe-se que a identidade, a igualdade e a noção do “outro” não interessam. As diferenças é que trazem a riqueza dos inúmeros sabores e saberes.

Em síntese, pode-se arriscar a dizer que a inclusão é um processo emergente e cabe à escola, ao Estado e à sociedade buscar novas formas de encarar a realidade e transformá-la de maneira consciente. Segundo Mazzota (1998), para que a educação inclusiva de fato aconteça,

o fundamental é que ela se firme como espaço privilegiado das relações sociais para todos, não ignorando, portanto, aqueles que apresentem necessidades educacionais especiais. Em outros termos, acolhendo crianças com deficiências e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e crianças que trabalham.

No entanto, a efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos como a educação especial, para os que a requeiram, preferencialmente na rede regular de ensino, e como a educação inclusiva, em que a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida, demandará ações governamentais e não- governamentais marcadas pela sinergia, que algumas vezes parece ser até enunciada. Além disso, a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão.

Promover o acesso aos direitos implica em notar as diferenças na apropriação dos benefícios. Para Silva (2001, p. 36), alcançar a igualdade é uma tarefa muito difícil em qualquer sistema político, posto que as pessoas são diferentes naturalmente por diversos fatores, como: cor, raça, sexo, aspectos físicos e aspectos intelectuais. “No entanto, todos são seres humanos e possuem a mesma dignidade. Então, questiona-se como reduzir estas desigualdades sociais e alcançar o verdadeiro conteúdo do Princípio da Isonomia?”.

A transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos tem sido reflexo dos avanços na discussão e no entendimento do direito à igualdade e à diferença, para Meszáros (2008), os processos educacionais estão estreitamente ligados aos processos sociais. A exigência de produção, consumo e lucro impera na determinação das relações sociais e refletem nas dinâmicas escolares como uma forma de (re)produção das configurações dessa sociedade

Se a escola se articula em um espaço de contradições sem ser neutra, cabe a ela instrumentalizar o homem para compreender o desafio educacional e se inserir nele de forma social, posicionando-se no mercado produtivo. É importante ressaltar que o vínculo com o mundo do trabalho e a prática social, depende do entendimento e referência que se faz sobre essas questões. Visto que, se a educação vai formar nossas crianças para a sociedade em cada época, deve-se entender qual sociedade será apresentada e como ela é socialmente organizada.

3. A DANÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerado a mais antiga das artes, a dança é também a única que dispensa materiais e ferramentas. Ela só depende do corpo e da vitalidade humana para cumprir sua função

enquanto instrumento de afirmação dos sentimentos e experiências subjetivas do homem. Segundo certas correntes da antropologia, as primeiras danças humanas eram individuais e se relacionavam à conquista amorosa. As danças coletivas também aparecem na origem da civilização e sua função associava-se à adoração das forças superiores ou dos espíritos para obter êxito em expedições guerreiras ou de caça ou ainda para solicitar bom tempo e chuva.

A educação de uma maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. A escolarização, em específico, é um dos recortes do processo educativo mais amplo. Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de naturezas mais diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidades. Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico, quanto o domínio das práticas culturais existentes no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano. Este último, enquanto uma experiência que atravessa toda sociedade e toda cultura, não se caracteriza somente pela unidade do gênero humano, mas, sobretudo, pela riqueza da diversidade (GOMES, 2007, p.18).

A dança, em sentido geral, é a arte de mover o corpo segundo certa relação entre tempo e espaço, estabelecida graças a um ritmo e a uma composição coreográfica. A dança na educação básica revela a alegria de se descobrir através da descoberta do próprio corpo, das qualidades do movimento e de suas potencialidades motoras, quando entendido a riqueza das possibilidades de movimento. No mundo contemporâneo a barreira entre educando e educador está sendo quebrada. O desafio agora é estabelecer um diálogo mais próximo também entre a arte e a educação em uma mesma atividade, isso visa proporcionar vivências curriculares em dança que articulem a criação pessoal e coletiva dos movimentos, a apreciação e o conhecimento de modo a integrar a razão e o sensível, o individual e o coletivo, enfatizando a diversidade.

A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem (GOMES, 2007, p.18).

Nessa perspectiva a utilização de uma metodologia curricular específica, visa o alcance das qualidades físicas e psíquicas próprias da infância. Antes de polir a pedra e construir abrigos, os homens já se movimentavam ritmicamente para se aquecer e comunicar. A dança, assim como o observar, o imitar e o desenhar na vida das crianças é fundamental, tanto para sua formação artística quanto para sua integração social, porém os diferentes contextos históricos, sociais e culturais, permeados por relações de poder e dominação, são acompanhados de uma maneira tensa e, por vezes, ambígua de lidar com o diverso, mas resistir é necessário.

A aprendizagem é um processo múltiplo, isto é, a criança utiliza estratégias diversas para aprender, com variações de acordo com o período de desenvolvimento. Desta

forma, todas as estratégias são importantes e não são mutuamente exclusivas. Podemos dizer que existem algumas estratégias que são importantes durante toda infância como observar, imitar e desenhar (GOMES, 2007, p.34-35).

Dentro desse aspecto múltiplo a dança vem proporcionar, na educação básica, elementos significativos que favorecem o desenvolvimento do ser humano. As atividades a serem aplicadas com as crianças devem ser naturais envolvendo o andar, correr, saltar, saltitar, equilibrar, rodopiar, girar, rolar, trepar, pendurar, puxar, empurrar, deslizar, rastejar, galopar e lançar. Danças como balé, dança de roda, clássicas, modernas e folclóricas, podem ser agregadas ao currículo com as crianças, pois apresentam ritmos diferentes. O professor tem que saber explorar o potencial do aluno, possibilitando seu desenvolvimento natural e favorecer o despertar da criatividade e de sua consciência social.

O conhecimento atual sobre o desenvolvimento da criança e do jovem nos leva a ampliar a concepção de currículo vigente: currículos são os conteúdos, as informações e as atividades humanas necessárias para formar novas memórias que servirão de suporte para aquisição de conhecimentos posteriores, assim como para tomada de decisão e solução de problemas na vida cotidiana (GOMES, 2007, p.34- 35).

A dança na educação básica abrange uma riqueza de movimentos que envolvem corpo, espírito, mente e emoções que favorecem a aprendizagem infantil. Por meio de ações que a envolvem. A aprendizagem ocorre de forma direta e íntima, pois a criança assimila informações com o corpo, mente e emoções. Logo, a criação de um currículo dinâmico deve propiciar vivências, de forma criativa, dos benefícios e valores educacionais das atividades que envolvem música e movimento.

Na elaboração do currículo deve-se considerar o que é do desenvolvimento da espécie. Para promover o desenvolvimento humano, a escola deveria partir do que a criança desenvolve por si mesma e propor novas aprendizagens que façam uso destas manifestações da função simbólica que são próprias da espécie (GOMES, 2007, p.36).

É importante enfatizar que o trabalho em dança na educação básica não precisa necessariamente ser desenvolvido por um profissional especializado, pois nesse início, os aspectos mais enfatizados nas aulas com as crianças são: o autoconhecimento do corpo, a expressão corporal, o ritmo, o movimento e a criação de novos movimentos, a memorização de coreografias variadas, as regras e limites, o esperar a vez, o cuidado com a aparência, a limpeza e a disciplina. O que tem se mostrado é que a dança permanece como um grande desafio ao ser ainda pouco compreendida em suas potencialidades educativas e pelos sujeitos da escola, como professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança é uma prática física que além de perscrutar o caráter dinâmico corporal, está ligada a outras áreas do organismo que a tem como hábito. No que diz respeito ao processo de inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular, ainda há um caminho árduo a percorrer, pois o preconceito ainda está muito presente em nossa sociedade, onde se apresenta em diversos textos e contextos. É preciso haver mudança no currículo, nas atitudes, nos sentimentos, nas famílias, nas escolas e nos governos. O sentido da transformação deverá ser o elo que une a corrente crítica e transformadora de um currículo moderno e dinâmico.

Assim, fica explícito que um currículo que dança contribui diretamente na inclusão desenvolvendo o aspecto cognitivo, linguístico, psicomotor e sócio afetivo do educando, independentemente de sua faixa etária, pois a dança promove em alunos com necessidades especiais uma maior inserção no convívio social. Acreditar na força transformadora da dança como componente curricular inclusivo é expressá-la de forma alegre e empolgante! É irradiar euforia e entusiasmo! É manifestar nossas riquezas artísticas e etnográficas dentro de um conceito de reparação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Solange. *Arte do movimento: as descobertas de Rudolf Laban na dança e ação humana*. São Paulo: PW Gráficos; Editores Associados, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 3 de 8 de março de 2004*. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de março de 2004, Seção 1, p. 11.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.
- CEREZUELA, Cristina; MORI, Nerli Nonato ; . *Política Nacional de Educação Inclusiva: um estudo sobre sua efetivação nas cinco Regiões Brasileiras*. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 19, n.1, p. 35-48, Jan./Abr., 2016. Maringá, 2016. 240p.
- GARAUDY, Roger. *Dançar a vida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GASPARIN, J. L. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. 4. ed. rev. e amp. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).
- GOMES, N.L. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48p.
- LIMA, E.S. *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 56p.
- MARQUES, Isabel A. *Ensino de dança hoje: textos e contextos*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MAZZOTA, Marcos J. da Silveira. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. *Anais do Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Diversidade na educação: desafio para o novo milênio*, Paraná, v. 1, p. 49-53, 1998.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).
- PEREIRA, SRC et all. Dança na escola: desenvolvendo a emoção e o pensamento. *Revista*

Kinesis. Porto Alegre, n. 25, 2001.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 36. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.5).

SILVA, F. D. L. L. *Princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

TARKOVISKI. *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.